



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões

MISSÃO: Garantir a regular e efetiva gestão dos recursos públicos e incentivar a participação do cidadão no exercício do controle social.

A C Ó R D ã O Nº 7.013

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 17.848.2006-09-TCE.
ASSUNTO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Capixaba, exercício de 2005.
RESPONSÁVEL: Senhor Rômulo Barros Soares.
RELATOR: Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro.

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Não cumprimento do limite constitucional previsto no art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal de 1988. Danos causados ao Município, pela despesa da Câmara além do limite estabelecido no art. 29-A, da CF/88. Irregularidade. Aplicação de multa ao gestor, com base no inciso I, do art. 89 c/c o art. 54, §1º, da LCE nº 38/93. Encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Abertura de processo autônomo para apuração da responsabilidade do Prefeito à época. Arquivamento do processo.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Capixaba, exercício orçamentário e financeiro de 2005, de responsabilidade do Senhor Rômulo Barros Soares – Presidente, com fulcro na alínea “b”, do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face do não cumprimento do limite constitucional previsto no art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal de 1988. **Decidiu-se, por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro Antônio Jorge Malheiro, com o voto do Conselheiro-Presidente para desempate: **1)** considerar irregular as contas, em face dos danos causados ao Município, pela despesa da Câmara além do limite estabelecido no art. 29-A, da CF/88, no valor de R\$ 34.875,64 (trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos); **2)** deixar de pedir a devolução, em face da aplicação na Câmara, no entanto **aplicar multa** ao gestor de igual montante, com base no inciso I, do art. 89 c/c o art. 54, §1º, da LCE nº 38/93, no valor de R\$ 34.875,64 (trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos); **3) encaminhar** cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, em face da prática do crime previsto no art. 359-D do Código Penal: “Ordenar despesa não autorizada por lei”; **4) abrir processo autônomo** para apuração da responsabilidade do Senhor Joais da Silva dos Santos - Prefeito à época, pela transferência de valores à Câmara acima do limite constitucional, previsto no art. 29-A, §2º, inciso I, da CF/88 no valor de R\$ 34.875,64. **Vencidos em parte** o Conselheiro-Relator, o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro e a Conselheira Dulcinéa Benício de Araújo que votaram ainda pela aplicação de multa ao gestor, prevista no inciso I, do art. 89 c/c o art. 54, §1º, da LCE nº 38/93, no valor de R\$ 714,00 (setecentos e quatorze reais). Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco – Acre, 02 de dezembro de 2010.

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Presidente do TCE/ACRE.

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões

MISSÃO: *Garantir a regular e efetiva gestão dos recursos públicos e incentivar a participação do cidadão no exercício do controle social.*

(A C Ó R D ã O Nº 7.013 – FL. 02)

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Relator – Vencedor 1ª parte

Conselheiro **ANTÔNIO JORGE MALHEIRO**
Relator – Vencedor 2ª parte

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE.